

ANDRÉ PROUS:
Museu de História
Natural da
Universidade Federal
de Minas Gerais.



SURGIAMENTO

DO HOMEM NA AMÉRICA

***O povoamento da
América
visto do Brasil:
uma perspectiva
crítica***

ANDRÉ PROUS

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, existe um debate entre os pré-historiadores que acreditam numa entrada muito remota do homem nas Américas (interpretando neste sentido vestígios por vezes pouco convincentes) e os que permanecem céticos e criticam de maneira sistemática os indícios apresentados como prova. As raízes desse debate freqüentemente passional remontam ao paleontólogo argentino Ameghino. Querendo demonstrar que o homem tinha surgido nas Américas, superestimou sistematicamente a idade das formações geológicas que estudava e interpretou os fósseis de primatas de maneira tendenciosa. Nos primeiros anos do século XX, o norte-americano Hrdlicka demonstrou que todas as pretensas provas de grande antigüidade do homem nas Américas eram falhas e estimou a entrada dos indígenas em cerca de 6.000 anos; desde então, firmou-se nos EUA uma tradição hiper-crítica em relação a qualquer achado que confirmasse uma longa presença humana no chamado Novo Mundo. Em meados do século, no entanto, descobriram-se nos EUA locais de matança de grandes animais desaparecidos, como bisontes fósseis e mamutes, sendo encontrados nos esqueletos instrumentos inquestionáveis (pontas de pedra lascada ditas “de Clóvis”, com uma técnica original e sofisticada de acanelura destinada a facilitar o encabamento). As análises radiocarbônicas permitiram datar esta “cultura Clóvis” entre 10.500 e 11.000 anos atrás. Aceitou-se então 11.500 anos como o novo limite para a presença do homem no continente. Desde então, vários arqueólogos encontraram indícios de uma possível presença humana anterior em dezenas de sítios, mas nenhum conseguiu um reconhecimento unânime por parte da comunidade científica.

Por isso, aparecem freqüentemente na imprensa notícias sobre descobertas – muitas vezes feitas em território brasileiro – que estariam revolucionando as hipóteses

sobre o povoamento das Américas.

De fato, são quase sempre os mesmos achados que são rediscutidos periodicamente, sendo os mesmos argumentos debatidos até a exaustão pelos mesmos pesquisadores. Desde o início do século, parece haver uma fixação da opinião pública sobre o problema do primeiro povoamento do continente – muito relevante para se tratar vários problemas teóricos relacionados ao primitivo *Homo sapiens* – combinado com uma incapacidade de se avançar neste debate apesar das técnicas cada vez mais apuradas de que dispõem os pesquisadores.

O debate envolve biólogos, lingüistas e arqueólogos, entre outros, num esforço pluridisciplinar de se reconstituir o passado do homem nas Américas. Este artigo tratará essencialmente dos aspectos arqueológicos das pesquisas, embora não deixe de aludir às disciplinas conexas.

Apresentaremos sucessivamente as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores ao encontrar e interpretar os possíveis vestígios mais antigos da presença humana, as teorias propostas para interpretar os dados disponíveis e os sítios brasileiros que alimentam as controvérsias.

I - A BUSCA PELOS PRIMEIROS IMIGRANTES: DIFICULDADES PRÁTICAS

As dificuldades para se verificar uma presença humana no Pleistoceno (período geológico anterior a 10.000 anos, ao qual se segue o atual período, o Holoceno) são de ordem climática, metodológica e até psicológica.

Razões climáticas

Os primeiros habitantes do continente entraram na América do Norte provavelmente por terra no Pleistoceno durante períodos frios. Com efeito, a retenção de grandes massas de água na forma de gelo em regiões polares durante os avanços glaciares provocou um rebaixamento de

mais de 100 m no nível dos oceanos. Dessa forma, os sítios de passagem estão agora sob as águas geladas da Beríngia. Nas zonas ainda emersas, as massas de gelo do fim do Pleistoceno provocaram uma erosão intensa, deixando poucos sítios potencialmente intactos. A probabilidade de encontrar-se algum dos sítios mais antigos é portanto particularmente remota. Outrossim, até poucos anos atrás, os arqueólogos não tinham acesso às regiões militarmente sensíveis que separam a Sibéria do Alasca.

As datações mais antigas conseguidas em sítios do Canadá e dos Estados Unidos não marcam, portanto, a entrada do homem no continente, mas apenas a data mínima em que chegaram aos locais meridionais que não foram afetados pelo último máximo glacial.

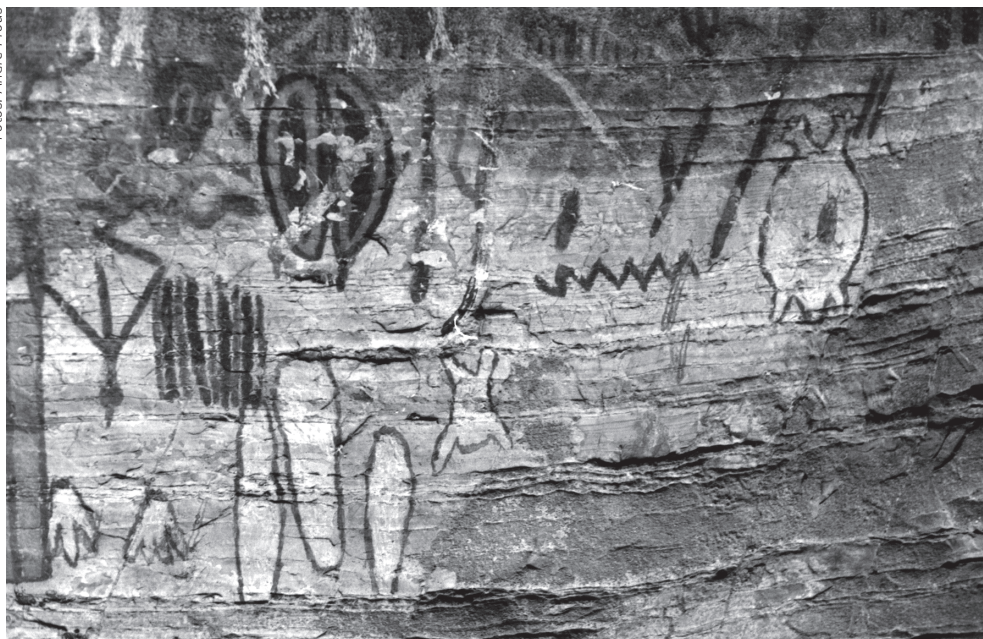
Mesmo em regiões tropicais que não foram afetadas diretamente pelas glaciações – como o Brasil – as condições climáticas vigentes no final do Pleistoceno dificultam a tarefa dos arqueólogos: é provável que o litoral da época tenha sido uma rota privilegiada de difusão das populações humanas em razão das facilidades de transporte e da riqueza do ambiente em alimentos ao longo do ano. Estando agora submersos, os sítios da época ficam também fora de acesso; nas regiões interioranas por sua vez, fenômenos erosivos decorrentes das fortes chuvas que caracterizaram a transição entre o Holoceno e o Pleistoceno na maior parte do território brasileiro devem ter destruído boa parte dos vestígios pleistocênicos depositados em terraços e em parte dos abrigos.

Razões arqueológicas

Os sítios arqueológicos são locais onde, por razões específicas (abandono de restos resistentes, ausência de perturbações erosivas e deposição rápida de sedimentos; condições estáveis de umidade...), foram preservados vestígios reconhecíveis da presença e das atividades do homem. Estando tais condições raramente reunidas, as chances de um local de ocupação ser pre-

servado e encontrado pelos arqueólogos depois de milênios de abandono são sempre reduzidíssimas. As primeiras ondas de imigrantes devem ter sido formadas por populações muito esparsas, as probabilidades de seus sítios serem encontrados são estatisticamente ainda menores. Outrossim, os vestígios ósseos (restos alimentares ou de sepultamentos) conservam-se particularmente mal em regiões quentes onde a atividade bacteriana ou a ação das raízes é intensa e as terras geralmente ácidas. Além do que, em regiões tropicais onde havia abundância de madeira, a maioria dos instrumentos deve ter sido feita com esse tipo de matéria-prima, a qual é rapidamente destruída. Os primeiros indígenas podem até ter dispensado instrumentos de pedra, praticamente indestrutíveis e que formam os vestígios mais visíveis nos sítios de regiões frias. Enfim, veremos que os supostos sítios pleistocênicos americanos apresentam vestígios que podem ser atribuídos tanto à ação antrópica quanto a fenômenos naturais.

Com efeito, os homens podem tanto utilizar ferramentas sofisticadas – que apenas eles podem produzir – quanto lançar mão de utensílios muito toscos que necessitam muito pouco investimento – embora sejam também eficientes. Mencionando apenas os de pedra, já que são os que se espera encontrar preservados em sítios tão antigos (a cerâmica não existia nessa época remota), o polimento ou o lascamento organizado de peças retocadas (*bifaces*, pontas de projétil bifaciais, instrumentos plano-convexos ou pelo menos padronizados e tipologicamente reconhecidos) são característicos da ação humana. Em compensação, pedras utilizadas sem modificação voluntária, como bigorna, batedor ou moedor; ou toscamente lascadas (como os chamados *choppers*, obtidos com a retirada de algumas lascas para obter-se um curto gume sobre um bloco ou seixo que mantém a maior parte da sua superfície inicial) podem resultar de fenômenos naturais. Macacos brasileiros de Goiás utilizam pedras brutas (batedores e bigornas – informação fornecida por E. Fogaça) e projetam



Esta foto e as seguintes são de arte rupestre do norte de Minas Gerais

contra os intrusos, desde o topo dos abrigos, pedras que podem se lascas ao bater contra outros blocos no chão. Quedas espontâneas de pedra (em cachoeiras ou a partir da marquise de abrigos naturais), transporte em condutos sob pressão (nas galerias subterrâneas de regiões calcárias) produzem o mesmo efeito. O pisoteio por animais pesados de um chão formado por blocos e lascas de rochas frágeis (as que lascam, fornecendo gumes de pedra) provoca retoques por vezes bastante sugestivos (pseudo-raspadores côncavos, gumes supostamente utilizados), semelhante ao resultado de um legítimo trabalho humano; ocorrências desse tipo chegaram a enganar até pesquisadores experientes como L. Leakey, em Calico (Califórnia); no Brasil, encontramos casos desse tipo em sítios de São Paulo e de Minas Gerais.

Supostas marcas de trabalho humano foram também apontadas em ossos de animais fraturados, particularmente no norte do continente americano; nos anos 70 e 80, muitos estudos se dedicaram a diferenciar as fraturas resultantes de impactos antrópicos e dos dentes dos grandes carnívoros, mas nem sempre o diagnóstico pode ser definitivo.

Até mesmo os sinais de fogo podem ter sua origem discutida. Os carvões, virtualmente indestrutíveis, são muito importan-

tes como testemunhas da atividade humana e também por serem datados por métodos físicos bastante confiáveis. No entanto existem fogos naturais, particularmente de estação seca em regiões de cerrados e campo rupestre. Os arqueólogos desconfiam obviamente desse processo quando os carvões estão espalhados, mas costuma-se esquecer que uma árvore atingida pelo raio pode queimar isoladamente e deixar carvões concentrados no meio de elementos minerais queimados. Isso deixa uma pseudo-estrutura parecidíssima com uma fogueira humana, fenômeno que nos foi mostrado pelo Pe. Rohr quando das nossas escavações na Lapa Vermelha.

Outros arranjos de elementos aparentemente artificiais podem também ser verdadeiros “ecofactos”; é o caso de círculos de pedra situados logo acima ou dentro de camadas pedregosas: raízes de árvores costumam com efeito mobilizar os elementos minerais maiores, levantando-os acima do seu nível original. Observamos exemplos típicos nos níveis de seixos visíveis nos barrancos do Rio das Velhas, perto de Lagoa Santa. Obviamente, não se devem esquecer as tocas de animais preenchidas após seu abandono e que concentram materiais alógenos. Enfim, o próprio arqueólogo pode criar inconscientemente arranjos de pedras que são interpretados como resultado da

ação dos pré-históricos. Com efeito, durante a decapagem de um nível com sedimento pedregoso, o arqueólogo retira os elementos mais finos ou considerados não-significativos, deixando *in loco* os blocos maiores que poderiam ter sido arrumados; agindo assim – de maneira absolutamente legítima – executa uma triagem que o leva a uma das muitas configurações possíveis ou até a inventar uma estrutura inexistente. Apenas uma rigorosa crítica em campo permite reduzir os riscos dessa operação, pois as plantas analisadas em laboratório tendem a ser interpretadas como se fossem a imagem de uma realidade pré-histórica.

Enfim, mesmo que os vestígios encontrados sejam claramente de origem humana, sua idade estimada pode ser questionada se a posição estratigráfica dos achados ou a associação dos mesmos com os materiais datados por análise física forem duvidosas.

Razões psicológicas

Até poucos anos atrás, as chances de se encontrarem sítios pleistocênicos eram ainda diminuídas pelo fato de que poucos arqueólogos acreditavam numa presença tão remota do homem nas Américas, e quase ninguém se atrevia a procurar seu rastro em sedimentos geológicos anteriores a 10.000 ou 11.000 anos. No entanto, essa barreira psicológica está hoje parcialmente rompida e não é mais possível pensar que nenhum sítio inquestionável foi encontrado apenas porque ninguém o procurou.

Em compensação, deve-se reconhecer que, depois de Ameghino, vários pesquisadores se precipitaram na interpretação de vestígios de origem duvidosa. No Brasil, particularmente, onde cada arqueólogo costuma ser “dono” de um território de pesquisa e onde não existe uma tradição de debate aberto e crítica mútua e pública, os pesquisadores costumam apresentar sobretudo relatórios incompletos, fazendo afirmações que não são sustentadas pela documentação e nem podem ser verificadas. Mesmo as propostas que parecem absurdas à comunidade científica geralmente não

são respondidas nas revistas ou nos congressos científicos, fazendo com que os pré-historiadores estrangeiros acreditem que todos os brasileiros endossam sem restrições as teses mais discutíveis.

Como as críticas publicadas no exterior (sobretudo a respeito de sítios norte-americanos) conseguiram desclassificar facilmente muitos sítios, reforçou-se a tendência norte-americana em desconfiar *a priori* dos achados feitos em contexto pleistocênico. Obviamente, acrescenta-se a isso o freqüente menosprezo dos pesquisadores ianques pela formação dos latino-americanos (embora muitos dos campeões da presença antiga do homem no continente sejam norte-americanos). Outrossim, a maioria dos norte-americanos não toma conhecimento das publicações nem da problemática sul-americana, mantendo até meados dos anos 90 uma sólida relutância em admitir até a possibilidade de uma ocupação “pré-Clóvis”. Esse bloqueio mental não existe entre os pré-historiadores europeus, mas a maioria não se interessa muito pelas origens do povoamento americano ou, então, tende a aceitar facilmente demais uma cronologia longa para as Américas, já que está acostumada a uma profundidade temporal muito maior (a ocupação humana na Europa e no Oriente Próximo ocorre cerca de um milhão de anos atrás, sendo ainda mais antiga na África). Isso explica a diferença de atitude entre os diversos grupos pesquisadores estrangeiros ao se debater os sítios sul-americanos.

2 – OS SÍTIOS PLEISTOCÊNICOS NA AMÉRICA DO SUL: CERTEZAS E DÚVIDAS

Um homínido anterior ao *Homo sapiens*?

M. Beltrão, uma pesquisadora que se destaca desde os anos 70 por procurar identificar ocupações antigas, escavou na jazida paleontológica pleistocênica de Itaboraá

(RJ) uma cascalheira onde selecionou centenas de seixos de quartzo apresentando lascamentos e aos quais ela atribui – em função de alterações superficiais – uma idade de mais de 1.000.000 de anos. Sem entrar no mérito do método de datação, frisaremos que todas as peças que pudemos ver no Museu Nacional poderiam ser creditadas a processos naturais, opinião nossa confirmada pelo tecnólogo J. Tixier. A tese de M. Beltrão sobre esse material conclui apenas que alguns destes objetos *poderiam* ser artefatos.

M. Beltrão dirige agora uma pesquisa na região calcária de Central (BA), tendo encontrado na gruta Toca da Esperança um nível fossilífero com megafauna extinta (preguiças gigantes, etc.). Alguns ossos desses animais foram datados entre 200.000 e 300.000 anos pelo método $^{230}\text{Th}/^{234}\text{U}$. Não discutiremos aqui o método, que não é ainda totalmente confiável (datações Th/U realizadas no México não foram confirmadas pelo C^{14} , um método mais tradicional e confiável), limitando-nos a analisar os vestígios supostamente deixados pelo homem. Trata-se de algumas lascas e três seixos de quartzito toscamente lascados. Esses “artefatos”, de tecnologia simples, poderiam ser fabricados pela natureza; no entanto, M. Beltrão avança um forte argumento pela origem humana: a gruta é formada no calcário e o quartzito não existe nas imediações, o que sugere um transporte pelo homem. Existe no entanto ainda uma possibilidade: na estratigrafia regional, o quartzito se formou acima do calcário. Blocos de quartzito podem ter sido transportados pelos condutos calcários depois da erosão da cobertura; durante esse tipo de transporte, seria perfeitamente normal que tivessem ocorrido alguns lascamentos nas zonas mais frágeis. Uma análise dos gumes para verificar a presença de possíveis vestígios de utilização (feita com microscopia de varredura) não foi conclusiva. Um último argumento a favor da presença humana é que os grandes herbívoros não teriam conseguido chegar à gruta, de acesso difícil para animais com pouca agilidade. Esse argumento não convence totalmente, pois

os ossos podem ter viajado por condutos a partir de outra entrada; outrossim, um dente de tigre dente-de-sabre lembra a possibilidade de um grande felino ter trazido carcaças na sua toca. Enfim, o geomorfólogo francês que acompanhava a campanha mencionou publicamente a existência de perturbações estratigráficas. Dessa forma, é preciso esperar maiores esclarecimentos e, sobretudo, uma publicação detalhada e crítica dos achados para se pronunciar sobre o significado do sítio.

De qualquer forma, os pesquisadores não levam muito a sério a possibilidade de um homem pré-*sapiens* nas Américas. As discussões tornam-se mais acirradas quando se aproxima da faixa de existência do *Homo sapiens sapiens* (a nossa subespécie), cuja capacidade adaptativa era muito maior, sendo, entre outras coisas, capaz de fabricar embarcações.

Um imigrante de mais de 20.000 anos?

Dentre os sítios que forneceram datações de várias dezenas de milhares de anos destaca-se o abrigo peruano de Pikimachay (província de Ayacucho), escavado nos anos 70 pelo renomado arqueólogo R. McNeish. Três conjuntos de camadas apresentaram vestígios pleistocênicos atribuídos ao homem. O mais antigo (datado entre 20.200 e 14.700 anos antes do presente) apresenta grandes animais extintos (preguiças gigantes) próximos a objetos de pedra toscamente lascados, feitos da mesma rocha vulcânica que forma a gruta. Infelizmente, o sítio foi muito incompletamente divulgado; há dúvidas sobre a origem antrópica da maioria dos “artefatos” e sobre a posição estratigráfica de outros. Assim sendo, a maioria dos arqueólogos que estuda a pré-história andina questiona a realidade de uma ocupação humana nesse sítio antes de 11.500 BP.

Outro sítio relevante é o de Monte Verde (Chile), do qual não falaremos aqui, pois será tratado em outro artigo deste volume.

No Brasil, o mais forte candidato ao

status de mais antigo sítio pré-histórico conhecido é o Boqueirão da Pedra Furada (S. Raimundo Nonato, Piauí), escavado nos anos 80 por N. Guidon e, a seguir, por F. Parenti. As camadas inferiores desse abrigo forneceram objetos de pedra lascada, arranjos de seixos e carvões atribuídos a uma fase cultural chamada “Pedra Furada”, com datações que remontam a até cerca de 50.000 anos.

De novo, todos os supostos artefatos são seixos de uma rocha local (quartzo e quartzito), que costumam cair da marquise do abrigo durante as enxurradas ou serem jogados por macacos, desde uma altura de 80 m. Já que são muito toscamente lascados e sem método, como reconhece o próprio Parenti, levantamos a suspeita de que os *choppers* fossem produzidos por essas quedas. Esse pesquisador teve portanto o cuidado de analisar os seixos caídos e lascados naturalmente nos últimos anos para diferenciá-los dos que foram encontrados nos níveis arqueológicos; dessa forma demonstrou inclusive que alguns objetos até então considerados de origem antrópica eram produzidos pela natureza. Em compensação, verificou que alguns blocos pré-históricos apresentavam mais de três cicatrizes de lascamento e retiradas em mais de uma face, o que não ocorria na cascalheira recente. Essas características seriam portanto suficientes para discriminar os verdadeiros artefatos. Acreditamos, no entanto, que esse argumento não seja totalmente convincente, pois as observações de Parenti se aplicam às condições climáticas recentes. O paleontólogo da equipe considera que o clima no final do Pleistoceno era mais úmido que o atual; assim sendo, a cachoeira que caía da marquise podia provavelmente revirar os blocos já caídos, permitindo seu lascamento em várias faces; outrossim, a passagem da megafauna (as preguiças gigantes terrícolas tinham até 6 m de comprimento!) que vinha se desalterar nas depressões cheias de água do abrigo durante a estação seca deve ter produzido o mesmo resultado. Embora algumas raríssimas peças sejam realmente no limite do que se espera que a natureza seja capaz



de fazer, nenhum dos tecnólogos (inclusive J. Pelegrin, comunicação pessoal) que examinaram a tecnotipologia das peças líticas se arriscou a afirmar definitivamente uma origem antrópica. Discutimos com F. Parenti a respeito da localização dos “artefatos”: para este arqueólogo, algumas peças, encontradas acima do nível das



cascalheiras ou atrás da linha de queda, não poderiam ter subido lá sozinhas; no entanto, acreditamos que elas poderiam talvez ter saltado ao atingir o chão pedregoso; falta ainda fazer uma experiência soltando seixos uns sobre os outros desde uma torre de dezenas de metros de altura para verificar o comportamento dos blocos (alcance de ricocheteamento nos sentidos vertical e horizontal) e realizar uma comparação sistemática com a planta de distribuição (ainda não publicada) dos possíveis artefatos da Pedra Furada. Finalmente, os céticos estranham o fato de que eventuais homens pleistocênicos tenham desdenhado durante mais de 30.000 anos as calcedônias (uma matéria-prima de melhor qualidade para o lascamento e para a maioria das tarefas) a poucas centenas de metros; elas foram amplamente utilizadas pelos homens do período holocênico. Com efeito, a partir de 8.000 anos atrás, uma ocupação humana inquestionável é evidenciada pela abundância de instrumentos bem mais complexos e pela utilização de recursos trazidos de fora para dentro do abrigo.

As numerosas “fogueiras” são também questionáveis. N. Guidon afirma que na caatinga não ocorrem fogos espontâneos; no entanto, vimos que a equipe que trabalha em S. Raimundo considera que o clima do Pleistoceno final era bem mais úmido que o atual: poderia portanto ter sustentado um cerrado – além de matas galerias – condizente com a paleofauna encontrada na região.

A “fogueira” que Parenti considera mais convincente, datada de 42.400 anos, não contém carvões (a datação provém de carvões encontrados fora do arranjo de pedras); os pequenos seixos queimados estão fora do círculo de pedras que teriam delimitado o fogo; Parenti sugere que os pré-históricos teriam retirado os blocos para limpar a fogueira; é possível, mas não se pode descartar outra explicação: não se trata de uma fogueira antrópica! O mesmo autor reforça no entanto sua interpretação pelo fato de que os indícios de queima (como fraturas térmicas) estão presentes apenas em alguns dos seixos e não em seus vizinhos, o que só

seria explicável por manipulações pelo homem... Não pretendemos aqui listar todos os argumentos e contra-argumentos possíveis, apenas evidenciar o quanto é difícil interpretar o contexto arqueológico.

Outras considerações prejudicam a Pedra Furada e os sítios da mesma região na comunidade científica: são as afirmações precipitadas, e nunca verificadas, feitas por alguns membros da equipe ou, então, as informações contraditórias de um artigo para outro ou até dentro de um mesmo texto. Por exemplo, quanto à afirmação de uma antigüidade de mais de 17.000 anos ou até mais de 20.000 anos para pinturas rupestres da Pedra Furada: sempre se fala de um fragmento de parede pintado caído em níveis pleistocênicos, mas nunca se comprovou que os dois “traços” vermelhos nele observados teriam sido feitos pelo homem (depósitos naturais de pigmentos ferruginosos são freqüentes em paredões); uma figura realmente pintada sobre plaqueta foi apresentada e publicada por vários autores como datada de cerca de 10.000 anos, mas a única datação publicada da camada na qual foi encontrada é mais recente. Uma recente nota de G. Martin em seu livro sobre arqueologia do Nordeste a respeito de um painel rupestre enterrado sob sedimentos arqueológicos propõe agora uma idade mais recente que a das publicações anteriores – de fato, parece não haver provas definitivas de arte rupestre pleistocênica na região. Quanto às fogueiras, um artigo de Guidon sobre a Toca do Meio informa a presença de fogueiras datadas de cerca de 14.000 anos, protegidas por pequenos blocos; outro texto diz que não havia fogueiras estruturadas, mas apenas cinzas e carvões entre blocos caídos... As tentativas sistemáticas de apresentar a Pedra Furada como o lugar onde qualquer tipo de vestígio é mais antigo que os de outros lugares manifestam-se também em relação aos esqueletos humanos: numa reunião em Brasília, foram apresentadas fotografias de um crânio “de criança” encontrado em contexto muito antigo; verificou-se logo que se tratava de um crânio de macaco. De fato, o esqueleto mais antigo da região é

holocênico; quanto à associação entre o homem e a fauna extinta, particularmente no sítio Barra do Antonião, as publicações são também alusivas e contraditórias... Num congresso nacional, um machado polido datado de cerca de 9.000 anos foi mostrado em triunfo para uma antigüidade insuspeita desta técnica de trabalhar a pedra, esquecendo-se a arqueóloga que desde 1956 foram encontradas peças polidas da mesma idade nos abrigos de Minas Gerais. Poderíamos multiplicar os exemplos... Dessa forma, mesmo achados que mereceriam melhor crédito e um exame criterioso acabam sendo colocados *a priori* sob suspeita. Esperamos que uma publicação crítica e detalhada venha logo expor objetivamente à comunidade científica o alcance e os limites dos possíveis vestígios pleistocênicos de S. Raimundo Nonato. Recentes publicações de F. Parenti, marcadas por uma reflexão metodológica e discussão dos argumentos contraditórios, são um grande avanço nesse sentido.

Três outros sítios mencionados na bibliografia apresentam datações por volta de 20.000 anos atrás, também de significado incerto. Na Lapa Vermelha IV (Lagoa Santa, MG, escavada por A. Laming-Emperaire e pelo autor), as datações do componente mais antigo (entre 15.000 e mais de 25.000 anos) foram feitas com carvões esparsos que poderiam vir de fogos naturais e um único artefato inquestionável foi encontrado nesta faixa de idade, não havendo como excluir a possibilidade de que seja intrusivo. As primeiras provas incontestáveis da presença humana nesse sítio ocorrem entre 10.000 e 11.000 anos atrás. Em Coribe (BA), os carvões datados entre 21.000 e 43.000 anos antes do presente, encontrados com caramujos na entrada de uma gruta por A. Barbosa, podem ser vestígios de enterramento espontâneo de moluscos; com efeito, verificamos frequentemente nos abrigos do norte mineiro que os grandes caramujos *Strophocheilidae* enterram-se em zonas úmidas perto dos paredões das grutas, durante a estação seca, logo onde os filetes de água trazem umidade e carvões

de queimadas naturais ocorridas na entrada. O autor menciona que seriam associados a lascas de pedra, mas decorridos sete anos depois da primeira informação curta a respeito, tão importante achado não foi ainda publicado, mesmo que parcialmente. Imaginamos, portanto, que o arqueólogo não mantém sua interpretação original.

No abrigo de Santa Elina (MT), escavado por A. e D. Vialou nos últimos anos, a ocupação humana é bem documentada até 10.120 anos antes do presente. Uma camada inferior continha carvões (naturais) datados entre 22.000 e 23.000 anos, que teriam em princípio a mesma idade que ossos de preguiça gigante e algumas lascas atípicas de calcário (a rocha local) situados a alguns metros de lá. Esse material está ainda em estudo e precisa-se esperar uma publicação mais detalhada para ter uma opinião sobre essa possível indústria.

Um homem no final do Pleistoceno (14.000/10.000 BP)

Dentro do espaço limitado deste artigo, não discutiremos em detalhe os três sítios com datações de cerca de 14.000 anos: Alice Boer (SP), cuja datação mais antiga foi considerada duvidosa pelo próprio laboratório (a amostra analisada estava insuficiente para obter-se um resultado confiável). A Toca do Meio (já citada) no Piauí e a Lapa do Sol do Mato Grosso, sobre a qual não se dispõe de informações concretas, embora tenha sido escavada nos anos 70.

Nos anos 60, publicaram-se achados em terraços do rio Uruguai, datados entre 10.400 e 12.270 anos antes do presente. Mas uma revisão recente por S. Milder considera os instrumentos duvidosos e sua pretensa associação com fauna extinta não demonstrada.

Apenas a partir do período situado entre 11.000 e 12.000 anos atrás, a presença do homem está bem documentada no Brasil e particularmente em sítios de Minas Gerais (Lapa do Boquete – perto de Januária – e do Dragão – perto de Montalvânia, escavados pelo autor) e num abrigo do estado

do Amazonas (Lapa do Sol, escavado por A. Roosevelt). Entre 9.000 e 10.000 anos, os achados convincentes tornam-se mais numerosos em todo o Brasil nordestino (Piauí, Pernambuco, Bahia), central (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso) e meridional (Rio Grande do Sul), o que deve traduzir uma densidade de população já razoavelmente grande. Infelizmente, os sítios pesquisados até agora são sobretudo abrigos, o que nos fornece uma visão muito parcial das culturas pré-históricas, já que a maior parte das suas atividades devia ocorrer em sítios a céu aberto.

Enquanto os sítios meridionais são caracterizados por uma indústria de lascas finas retocadas e por uma grande quantidade de pontas trabalhadas bifacialmente, os sítios mais setentrionais dessa época apresentam poucas – ou nenhuma – pontas foliáceas, mas freqüentes instrumentos espessos unifacialmente retocados (chamados “lesmas”). Instrumentos polidos são encontrados apenas excepcionalmente e não há indícios de fabricação de cerâmica. Raros instrumentos de osso, como pontas e espátulas, foram também registrados. A não ser com raras exceções (um sítio gaúcho e outro, em Goiás), os vestígios de alimentação são pouco densos, incluindo raros animais de porte grande. Alguns abrigos, particularmente no estado de Minas Gerais, passaram a ser utilizados como cemitério entre 9.000 e 8.000 anos atrás, proporcionando preciosas informações sobre os rituais, a demografia e a patologia das populações de então, a mais famosa das quais é a “raça de Lagoa Santa”. Alguns esqueletos isolados foram no entanto encontrados entre 9.000 e 10.500 anos atrás (Cerca Grande, Lapa Vermelha, Santana do Riacho e Caieiras em Minas, mas também no Piauí e Rio Grande do Norte). A arte rupestre, pintada nos paredões ou gravada em blocos abatidos, aparece inquestionavelmente apenas entre 9.000 e 7.000 anos atrás (Boquete em Minas, Pedra Furada no Piauí), embora haja evidências da preparação de pigmentos desde 11.000 anos em vários sítios de Minas Gerais (Santana do Riacho, Boquete) e Amazonas (Lapa do Sol).

3 – AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ENTRADA DO HOMEM NAS AMÉRICAS

A aceitação de uma presença humana nos EUA – e *a fortiori*, na América do Sul – cerca de 11.500 anos atrás implica uma bem anterior entrada no continente. Mas de quanto tempo? Embora “modelos” propostos por vários autores tenham tentado dar uma aparência de cientificidade ao que não passa de suposições, entramos aqui no domínio da especulação. As variáveis a serem consideradas são muitas.

A primeira é a densidade demográfica mínima – a ser mantida nos territórios já ocupados e a ser conseguida nos espaços recém-conquistados – para que os grupos humanos possam assegurar sua reprodução biológica. Uma colonização de grandes espaços necessita um aumento demográfico contínuo; ora, os exemplos etnográficos recentes mostram que os caçadores-coletores mantêm normalmente uma demografia baixa, particularmente quando sua mobilidade é alta. Dessa forma, utilizar o exemplo do crescimento populacional na ilha de Pitcairn (colonizada pelos amotinados ingleses do Bounty e por mulheres maoris no século XIX), como se chegou a fazer, é totalmente absurdo.

Outra variável é a velocidade de propagação das populações migratórias sem tecnologia moderna; esta pode ser muito alta para indivíduos, quando dispõem de meios de transporte eficientes. Lembremos o trenó para os esquimós/inuits, mas isso supõe uma domesticação dos cães que não é comprovada no final do Pleistoceno e apenas funciona nas planícies geladas de altas latitudes – ou de latitudes médias, durante o inverno apenas. A partir das análises de matérias-primas, Amick supõe uma mobilidade extrema para os caçadores Clóvis, mas dentro de uma exploração *cíclica* e não-linear – de territórios complementares. Barcos, mesmo que primitivos, são também muito eficientes quando se trata de descer grandes rios navegáveis e facilitar uma dispersão linear; é bem possível que os primeiros imigrantes tenham

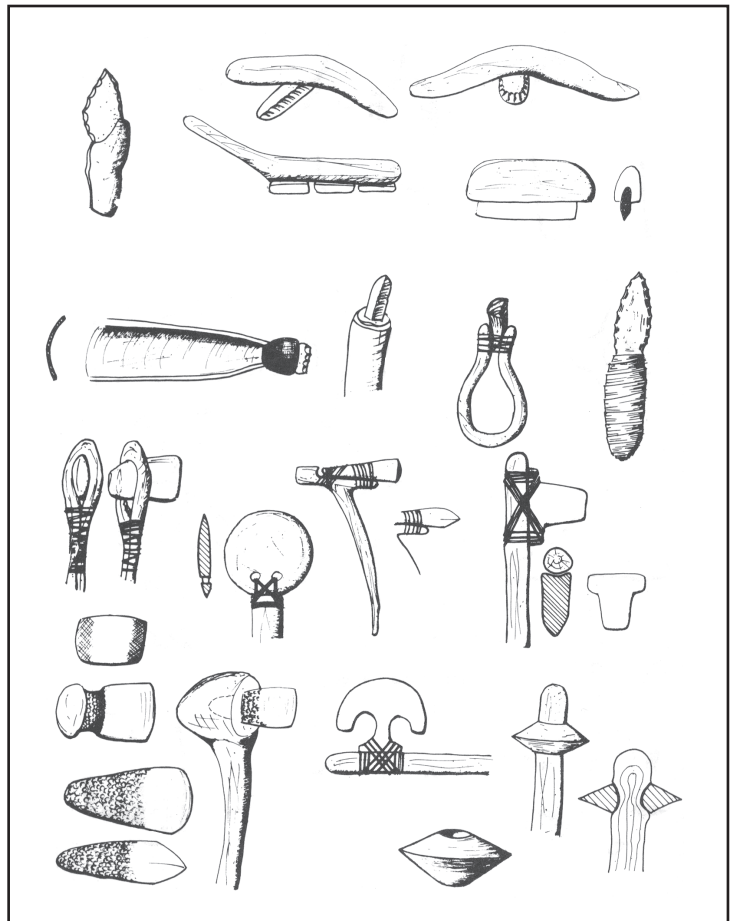
disposto de canoas ou jangadas: os primeiros *Homo sapiens* que povoaram a Austrália pelo menos 40.000 anos atrás já usavam embarcações. Assim sendo, o grande eixo norte-sul pelo Mississippi/Missouri pode ter desempenhado um papel importante na propagação humana. No entanto, a velocidade de migração para regiões desconhecidas não poderia ser constante, mesmo supondo-se uma compulsão psicológica dos colonos em avançar para novos territórios. Tal compulsão é, por sinal, bem pouco provável: não se podem utilizar os modelos de colonização do oeste americano para o avanço zulu na África do Sul ao longo do século XIX; o primeiro se deve a uma sobre demográfica de pessoas aventureiras dispondo de animais de monta, e que procuravam fugir das limitações de territórios já superpovoados, o que não era o caso dos primeiros americanos; os zulus eram pastores que entravam em terras já povoadas sobre as quais dispunham de informações precisas e nas quais encontravam colaboradores, mesmo que forçados.

Talvez a expansão tupi-guarani do último milênio pudesse fornecer um modelo um pouco mais adequado, sendo até estranho que não tenha sido utilizada por nenhum teórico da penetração no continente americano. De qualquer forma, ela é bastante ilustrativa dos limites de uma expansão acelerada, na medida em que os tupis e guaranis limitaram-se essencialmente a um certo tipo de ambiente (o das florestas tropicais, que forneciam terras adequadas para a mandioca que cultivavam). A velocidade da sua expansão foi certamente facilitada pela utilização das vias fluviais e da rota marítima, ao longo da qual encontravam alimentação farta o ano todo. É bem provável que as regiões litorâneas tenham desempenhado um papel essencial nesse sentido em todas as Américas. No entanto encontramos aqui também um fator de limitação de velocidade: por que sair de um território rico em alimentos? A movimentação tupi-guarani parece justificar-se pelo menos em parte por razões religiosas (a busca da terra sem mal), fora do alcance das técnicas arqueológicas...

Vemos que avaliar a duração para o processo de povoamento do continente é uma tarefa impossível atualmente. Mencionaremos apenas três modelos. O primeiro, de Martin, considera um crescimento médio de 3,45% ao ano (exemplo de Pitcairn) e uma velocidade de propagação de 16 km por ano (exemplo zulu) e permitiria colonizar a América inteira em 1.000 anos apenas, mas parece totalmente irrealista. Um segundo modelo, o de Haynes, propõe um crescimento demográfico médio de 0,7% e propagação de 6,4 km ao ano para os colonos; o de Hassan supõe um crescimento de 0,5% e uma expansão de 1 km. Ambos pressupõem uma duração de vários milênios para o processo e parecem mais realísticos, embora nenhum dado concreto venha apoiá-los, na falta de uma cronologia arqueológica segura.

Mesmo supondo resolvido o problema da velocidade média de avanço, uma data de entrada inicial ainda teria que ser

Desenhos do autor representando encabamentos de artefatos líticos



compatibilizada com as possibilidades de ordem climática. Considerando-se sempre uma chegada pela Beríngia, uma passagem terrestre supõe ao mesmo tempo um período frio (com rebaixamento do oceano suficiente para provocar a emersão do istmo) mas não um auge glacial (porque, nesse caso, toda via terrestre seria ocupada por gelo, não havendo mamíferos terrestres para “guiar” os caçadores e permitir a sobrevivência). Infelizmente, os geólogos não estão totalmente de acordo sobre a data desses momentos “ideais”, embora haja um certo consenso a respeito dos dois últimos, cerca de 27.000 e 12.000 anos atrás. Nesse caso, a aceitação das datações de mais de 11.000 anos na América do Sul implicaria uma entrada anterior à abertura de 12.000 anos, empurrando para trás os primórdios da colonização em mais de 15.000 anos. A existência de culturas pré-Clóvis não poderia ser mais recusada. A ausência de evidências “típicas” da atividade humana deveria ser creditada à insuficiência das pesquisas, à raridade de sítios deixados por uma população esparsa e ao fato de que a cultura material destas seria caracterizada por instrumentos líticos extremamente toscos. Haveria, portanto, que considerar com menos ceticismo *a priori* os supostos achados pleistocênicos (o que não significa aceitá-los automaticamente).

Infelizmente, mesmo a possibilidade de uma passagem por mar não pode ser totalmente descartada durante oscilações favoráveis da glaciação do Wisconsin, que reduzissem parcialmente as línguas de gelo. Com efeito, a maior fonte de alimentação eram os mamíferos marinhos do litoral, e podia-se procurar seus refúgios também por barco em distâncias limitadas, já que se sabe da capacidade do *Homo sapiens* em navegar nos mares do sul desde um período remoto. Embora o Oceano Ártico, gelado e tempestuoso, requeresse uma tecnologia apurada para ser navegado, a sobrevivência em terras árticas também supõe uma adaptação bastante adiantada.

Ao se aceitarem os achados norte-americanos datados de cerca de 20.000 anos, a data mínima de 27.000 anos seria a mais

aceitável. Quanto às datações da América do Sul com mais de 30.000 ou 40.000 anos, implicam, seja uma migração transpacífica, seja a possibilidade de uma entrada de uma humanidade pré-*sapiens sapiens*. Esta suposição é abertamente sustentada por M. Beltrão. No entanto, é arqueologicamente improvável, pois o povoamento da Polinésia é muito recente e uma emigração transpacífica antiga deveria ter deixado vestígios nas ilhas intermediárias. Mesmo assim, a existência de parasitas tropicais originários do Velho Mundo em populações pré-históricas é um argumento a favor de um contato transpacífico – não seria necessariamente muito antigo.

4 - CONCLUSÕES

As discussões sobre o início do povoamento das Américas se parecem ainda frequentemente com um debate entre “crentes” e “incrédulos” que se digladiam diante dos olhos perplexos dos que apenas procuram pesar os argumentos. Não há dúvida de que, apesar dos progressos das pesquisas nas áreas biológica, lingüística, etc., é ainda da arqueologia que se esperam resultados conclusivos. Modelos teóricos não adiantam muito se não se apoiarem numa matéria-prima adequada que só pode ser fornecida por sítios apropriadamente escavados e interpretados. Não é de se estranhar que as exigências para que a comunidade científica aceite uma demonstração de presença humana muito recuada sejam maiores que para propostas com implicações menos importantes. Como as evidências das atividades antrópicas que se conservam são essencialmente artefatos de pedra, é compreensível que sobre estes se concentrem as maiores discussões. Nada impede que os primeiros “americanos” tenham utilizado nos abrigos apenas *choppers* e lascas simples, nem que tenham evitado fazer neles fogueiras estruturadas mas, nesse caso, devemos aceitar que haja dúvidas sobre a presença humana. Será mais sadio que

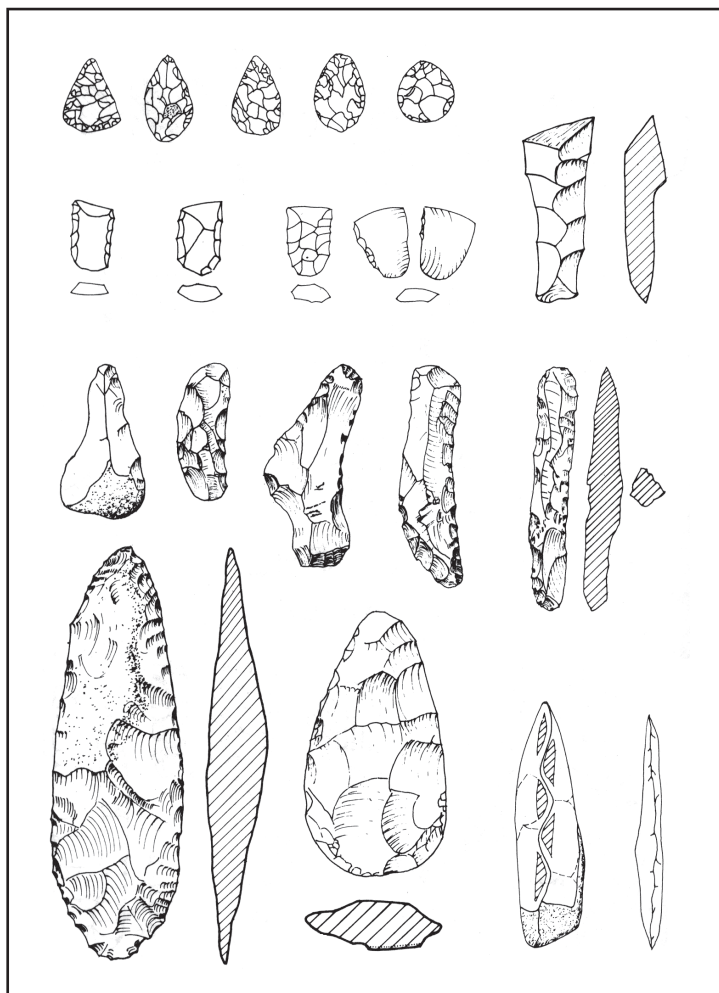
negar ou acreditar *a priori*. Quem quiser trabalhar o problema das origens do homem nas Américas deverá procurar *novos locais* que ofereçam condições melhores para a interpretação, ou descobrir *novos métodos* para resolver as dúvidas surgidas nos “velhos” sítios. São frustrantes o tempo e os esforços despendidos para tentar obter, nas mesmas condições, resultados sempre duvidosos. A ênfase deve ser na melhoria qualitativa e não na multiplicação quantitativa das pesquisas.

De qualquer forma, a opinião arqueológica internacional começa a aceitar a idéia de que existiram no hemisfério sul populações pelo menos tão antigas quanto as de Clóvis; precisa agora tornar esta aceitação irreversível publicando detalhada e criticamente os achados – freqüentemente, ainda, nos limitamos a publicar notas prévias ou artigos muito punctuais que não permitem convencer os leitores mais críticos. Comprovada uma antiguidade de mais de 11.000 anos na América do Sul, não haverá como negar a existência de culturas pré-Clóvis, *pelo menos* no hemisfério norte. As novas gerações de pesquisadores serão então incentivadas a desenvolver novas abordagens capazes de superar as limitações dos sítios e as nossas dificuldades de interpretar os seus vestígios.

Obviamente, se tivermos vestígios inquestionáveis datados entre 11.000 e 12.000 anos no Brasil, isso significa que a ocupação pioneira que os antecedeu em

vários séculos ou milênios é grande, já que a probabilidade de que o *local mais antigo* de instalação humana numa região seja preservado e encontrado pelos arqueólogos é praticamente nula.

Objetos talhados lascados



BIBLIOGRAFIA

Este artigo, escrito para não arqueólogos, não comporta uma bibliografia especializada. Por isso, citaremos apenas três títulos em português: dois livros mais abrangentes e as atas de um congresso especialmente relevante para o tema.

ANAIS DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O POVOAMENTO DAS AMÉRICAS, *Rev. Fund. Museu do Homem Americano*, 1 (1), S. Raimundo Nonato, 1996 (artigos de Beltrão, Guidon, Meltzer, Parenti...).

MARTIN, G. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Recife, UFPe, 1996.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, UnB, 1992.